*Estado do Amazonas*

*Procuradoria Geral do Estado*

## 4º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

### CADERNO DE QUESTÕES - INSTRUÇÕES GERAIS

**DA PRIMEIRA ETAPA – PROVA OBJETIVA SELETIVA:** A prova objetiva seletiva de caráter eliminatório e classificatório, valerá quarenta pontos, e será composta de **setenta questões**, sendo 10 questões de cada uma das seguintes disciplinas: DIREITO CONSTITUCIONAL/DIREITO ADMINISTRATIVO/ DIREITO PROCESSUAL CIVIL/DIREITO DO TRABALHO/DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO/TRIBUTÁRIO/LÍNGUA PORTUGUESA.

1) As questões da prova objetiva seletiva serão do tipo múltipla escolha com 5 opções e sem fator de correção, ou seja, uma ou mais questões erradas não eliminarão uma ou mais questões certas.
2) Não será permitida a utilização de qualquer material de consulta durante a realização da prova objetiva seletiva.
3) **O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva seletiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que PINTAR TOTALMENTE A BOLINHA CORRESPONDENTE À RESPOSTA.**
4) **Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.**
5) Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com estas instruções, tais como mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada e(ou) **campo de marcação não preenchido integralmente**, ainda que inteligíveis.
6) O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.
7) O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial, seu nome, seu número de inscrição.
8) Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento.
9) Será anulada a prova objetiva seletiva do candidato que não devolver a sua folha de resposta.
10) O candidato somente poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES na última meia hora antes do final da prova.
11) Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod*®, gravadores, *pendrive*, mp3 *player* ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, *notebook*, *palmtop*, *Walkman*®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.; qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente.

*Estado do Amazonas*
*Procuradoria Geral do Estado*

# 4º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

## PRIMIERA FASE – PROVA OBJETIVA:

**1. A medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade tem efeito:**
a) *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe efeito *ex nunc*.
b) *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe efeito *ex tunc*.
c) *ex tunc*, não podendo o Tribunal conceder-lhe efeito *ex nunc*.
d) *ex nunc*, não podendo o Tribunal conceder-lhe efeito *ex tunc*.
e) *ex tunc*, podendo o Tribunal, em razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, restringir os efeitos daquela medida ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de momento que venha a ser fixado.

**2. Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental é correto afirmar que:**
a) tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público ou de particular.
b) não é cabível quando, apesar de relevante o fundamento da controvérsia constitucional, a lei ou ato normativo for municipal.
c) não é cabível quando, apesar de relevante o fundamento da controvérsia constitucional, a lei ou ato normativo for anterior à Constituição.
d) será admitida, ainda que haja outro meio eficaz de sanar a lesividade.
e) pode ser proposta por qualquer dos legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade e para a ação declaratória de constitucionalidade.

**3. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a cláusula de reserva de plenário é aplicável:**
a) nos casos em que o Tribunal reconhece a não recepção, pela Constituição, das normas infraconstitucionais anteriores que sejam com ela incompatíveis.
b) quando o Tribunal, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
c) quando o Tribunal analisa normas legais sem julgar inconstitucional lei ou ato normativo federal ou afastar a sua incidência, restringindo-se a considerar inaplicável ao caso determinado dispositivo legal.
d) quando as Turmas Recursais dos juizados especiais decidem sobre a inconstitucionalidade de preceitos normativos.
e) quando o Tribunal rejeite a arguição de inconstitucionalidade de atos normativos.

**4. Sobre a lei orçamentária anual, tal como disciplinada na Constituição Federal, é correto afirmar que:**
a) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
b) compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
c) disporá sobre as alterações na legislação tributária.
d) poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
e) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

**5. Relativamente às finanças púbiicas, não é matéria constitucionalmente reservada à lei complementar:**

a) dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.
b) abertura de crédito suplementar ou especial.
c) concessão de garantias pelas entidades públicas.
d) emissão e resgate de títulos da dívida pública.
e) gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

**6. Sobre a ordem econômica brasileira, tal como disciplinada na Constituição Federal, é incorreto afirmar que:**
a) é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, que também são fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil.
b) tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.
c) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que previamente autorizado pelos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
d) um dos princípios da ordem econômica é o da defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
e) ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

**7. Com fundamento nas bases constitucionais do direito urbanístico, é incorreto afirmar que:**
a) No âmbito da legislação sobre direito urbanístico, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.
b) A política de desenvolvimento urbano é executada pelo Poder Público municipal.
c) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
d) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
e) As desapropriações de imóveis urbanos devem ser feitas com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo se se tratar de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, caso em que a indenização será paga mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

**8. Sobre a repartição constitucional de competências entre os entes da Federação, é incorreto afirmar que:**
a) no âmbito da competência legislativa concorrente, leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
b) lei complementar da União poderá autorizar os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas acerca de registros públicos.
c) cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
d) é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
e) ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

**9. Sobre o Congresso Nacional e seus membros, é correto afirmar que:**

a) o número total de Deputados Federais, bem como a representação por Estado, pelo Distrito Federal e por Território, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
b) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional.
c) cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de uma legislatura.
d) a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.
e) na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, salvo se houver medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária, caso em que serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.

**10. Sobre o processo legislativo, tal como disciplinado na Constituição Federal, é correto afirmar que:**
a) compreende apenas a elaboração de normas infraconstitucionais.
b) lei delegada poderá dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
c) a matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser reapresentada, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
d) caberá a uma comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
e) a Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto.

**11. Julgue as assertivas a seguir:**
I – De acordo com a teoria da imputação, os atos praticados pelos seus agentes são imputados à pessoa jurídica à qual eles pertencem.
II – Os órgãos públicos não podem ser extintos por decreto.
III – A administração pública em sentido formal é o conjunto orgânico que o ordenamento jurídico identifica como administração pública, sendo irrelevante a atividade que desempenham.
IV – a criação de uma secretaria de estado é exemplo de desconcentração.
Qual o número de assertivas corretas?
a) Uma
b) Duas
c) Três
d) Quatro
e) Nenhuma

**12. Sobre os princípios norteadores da Administração Pública, marque a assertiva INCORRETA.**
a) De acordo com o entendimento constante de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, é vedada a prática do nepotismo. Assim, é proibida a nomeação de primo da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão na Administração Pública.
b) O princípio da eficiência tem relação com a ideia de uma administração gerencial, visando que suas atribuições sejam realizadas com presteza, perfeição e rendimento funcional.

c) A Administração goza do poder de rever seus próprios atos, traduzindo-se no princípio da autotutela.
d) Em virtude do princípio da impessoalidade não é admitido o uso de símbolo ou imagem que faça referência a autoridades ou agentes públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços ou campanhas da Administração Pública.
e) A prática de um ato administrativo com intuito de favorecer alguém pode se revestir de legalidade formal, mas compromete o princípio da moralidade administrativa. Por seu turno, a exigência de concurso público para provimento de cargos públicos revela a efetivação do princípio da impessoalidade.

**13. Assinale a afirmativa correta sobre a temática Poderes Administrativos:**
a) Haverá manifestação do exercício do poder de polícia quando um agente público for suspenso em virtude de decisão da autoridade administrativa competente, após regular processo administrativo que apurou fato consubstanciado na prática de irregularidade no exercício do cargo.
b) A aplicação de sanções ao particular que comete infração a um contrato administrativo decorre do poder disciplinar.
c) a delegação e a avocação de competências e a coordenação de servidores subordinados são exemplos de manifestações do poder regulamentar.
d) é manifestação típica do poder de polícia a prisão em flagrante.
e) a autoexecutoriedade é característica marcante do poder de polícia, mas tem sua atuação subordinada à previa chancela do Poder Judiciário.

**14. Em relação à organização da Administração Pública, assinale a afirmativa falsa:**
a) a sociedade de economia mista integra a chamada administração indireta e tem sua criação autorizada por lei, podendo executar atividades econômicas próprias da atividade privada.
b) A autarquia é criada por lei para outorga legal do desempenho de determinada atividade administrativa, não mantendo vinculação hierárquica com o ente federativo que a tiver criado.
c) As autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público gozam de imunidade tributária em relação aos impostos sobre seu patrimônio.
d) O consórcio público pode ser constituído como pessoa jurídica de direito privado ou como pessoa jurídica de direito público, o que constará do protocolo de intenções.
e) as empresas públicas e sociedades de economia mista em geral têm personalidade jurídica de direito privado e, apesar de estarem sujeitas ao controle administrativo, em nenhuma hipótese gozam de privilégios como imunidade recíproca e impenhorabilidade de seus bens.

**15. Segundo a Lei 8.429/1993, atos de improbidade são aqueles praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, entre outras entidades. Nesse sentido, constitui ato de improbidade que causa prejuízo ao erário**
a) negar publicidade aos atos oficiais.
b) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
c) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
d) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
e) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

**16. Relativamente aos atos administrativos, assinale a opção correta de acordo com a doutrina:**
a) é obrigatória a convalidação de ato administrativo de permissão de uso de bem público eivado do vício da incompetência, pois tal convalidação é ato vinculado.
b) o atributo da autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos, inclusive naqueles adotados no âmbito do poder de polícia administrativa.
c) a remoção de determinado servidor público com o objetivo de puni-lo configura desvio de finalidade, podendo ser invalidada pela própria administração ou pelo Poder Judiciário.
d) os efeitos da revogação do ato administrativo retroagem, alcançando os resultados já produzidos pelo ato revogado.
e) a teoria dos motivos determinantes não se aplica aos atos discricionários.

**17. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa FALSA:**
a) o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato em se tratando de obras, serviços ou compras.
b) os contratos administrativos admitem as chamadas cláusulas exorbitantes, a exemplo da possibilidade exclusão da regra do equilíbrio econômico-financeiro, de rescisão ou de alteração unilateral do contrato, a fiscalização e a aplicação de sanções ao contratado diretamente pela administração e a ocupação provisória de pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.
c) os contratos administrativos não podem ter prazo de vigência indeterminado e, no caso dos serviços contínuos, é possível a sua prorrogação por períodos iguais e sucessivos, limitada a sessenta meses.
d) o contratado está autorizado a opor a *exceptio non adimpleti contractus* em face do Poder Público contratante, desde que o atraso nos pagamentos seja superior a noventa dias.
e) ensejam a revisão do contrato tanto o fato do príncipe, entendido como a situação decorrente de atuação estatal geral, imprevisível ou inevitável, que impeça ou onere substancialmente a execução do contrato, como também o fato da administração, este compreendido o desequilíbrio causado por uma atuação específica da Administração que incide sobre o contrato.

**18. Sobre o regime das licitações públicas, marque a alternativa correta:**
a) verifica-se a dispensa de licitação sempre que houver impossibilidade jurídica de competição.
b) a alienação de bens públicos dominicais depende de autorização legislativa, mas não de licitação.
c) o ato que atribui ao vencedor o objeto da licitação é a homologação.
d) a inabilitação do licitante ocorre quando a sua proposta apresenta desconformidade com as exigências do edital ou se revela inexequível, ao passo que a desclassificação se dá na hipótese de o licitante não apresentar a documentação exigida comprovação da sua regularidade e qualificação para contratação com o Poder Público e desempenho do objeto licitado.
e) as modalidades de licitação dizem respeito aos diferentes procedimentos previstos em lei, com suas particularidades e peculiaridades, para o processo de escolha da proposta mais vantajosa do objeto a ser contratado pela Administração, enquanto os tipos de licitação referem-se aos possíveis critérios a serem observados no julgamento das propostas.

**19. Sobre os bens públicos e a intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção verdadeira:**
a) as terras devolutas pertencem ao Estado, ressalvadas aquelas definidas por lei como pertencentes à União e aos Municípios.

b) a desapropriação indireta é o fato administrativo pelo qual o Estado se apropria de um bem particular e consolida a ocupação sem observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia.
c) se durante a fase administrativa da desapropriação não houver concordância em relação ao preço pelo expropriado, o ente expropriante poderá imitir-se na posse do imóvel, independentemente de autorização judicial.
d) a imprescritibilidade dos bens públicos diz respeito ao fato de que eles não são possíveis de serem usucapidos, mas essa característica somente se aplica aos bens de uso comum do povo e de uso especial, mas não aos dominicais.
e) a tredestinação se dá quando o bem expropriado é efetivamente utilizado para finalidade pública declarada para a desapropriação.

**20. Julgue as assertivas a seguir de acordo com a ordem jurídica e, notadamente, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal;**
I – Se um servidor público for aprovado em concurso público para outro cargo e, já no exercício desse novo cargo, vem a ser reprovado no estágio probatório, deverá ser reintegrado ao cargo anteriormente ocupado.
II – Em concurso público, o portador de visão monocular tem direito a concorrer às vagas reservadas aos deficientes.
III – Se o candidato for aprovado em concurso público fora do número de vagas, mas durante o prazo de validade do concurso forem criadas novos cargos em número correspondente à sua classificação, ele terá automaticamente direito subjetivo à nomeação.
IV – É lícita, desde que prevista em lei, a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.
V – A submissão de candidato a cargo público ao exame psicotécnico depende necessariamente de previsão em lei.
VI – É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
Assinale o número de assertivas corretas:

a) Uma
b) Duas
c) Três
d) Quatro
e) Cinco

**21. Segundo Sol Distribuidora de Bebidas Ltda. ingressou com processo contra o Estado requerendo indenização por danos materiais em razão do abalroamento de seu veículo com viatura da polícia militar. Em razão da grave crise financeira por que passava a sociedade empresária, Segundo Sol requereu gratuidade de justiça, que foi concedida pelo órgão julgador. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:**
a) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade da autora pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
b) A concessão de gratuidade afasta o dever de a autora pagar, ao final, as multas por litigância de má-fé que lhe sejam eventualmente impostas.
c) A gratuidade não poderá consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência de recursos deduzida por Segundo Sol.

e) Será considerado incabível agravo de instrumento interposto pelo Estado contra a decisão concessiva da gratuidade de justiça em favor da autora Segundo Sol.

**22. Rafael ajuizou ação contra Eugênio pedindo tutela jurisdicional consistente na condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais em razão da divulgação, no Facebook, de notícia sabidamente falsa atentatória aos direitos de personalidade do autor. A demanda foi submetida ao procedimento comum e, na petição inicial, Rafael declarou, expressamente, que não tinha interesse na autocomposição, tendo em vista a notória relação de inimizade existente entre ele e o réu. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:**
a) Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.
b) O juiz não deverá designar audiência de conciliação ou de mediação, haja vista que o autor manifestou, expressamente e por motivo fundado, desinteresse na autocomposição.
c) O juiz não deverá designar audiência de conciliação ou de medição, porque o processo versa sobre direito indisponível, em relação ao qual não se admite autocomposição.
d) Uma vez obtida, a autocomposição será reduzida a termo, que constituirá título executivo judicial independentemente de sua homologação por sentença.
e) O não comparecimento de Rafael à audiência de conciliação ensejará a extinção do processo sem resolução do mérito.

**23. Sobre os atos processuais, assinale a alternativa incorreta:**
a) Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
b) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, inclusive em processos em autos eletrônicos.
c) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 05 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
d) O juiz pode dilatar os prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
e) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

**24. Maria, doente terminal, necessita de medicamento caro e indispensável à sua sobrevida. Não tendo condições de adquirir o referido fármaco, Maria ajuizou ação contra a União, o Estado e o Município na Justiça Federal requerendo, liminarmente, no Plantão Judicial, o fornecimento imediato, pelos réus, do sobredito medicamento. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:**
a) A tutela requerida deve ser deferida, por força da incidência, no caso, do princípio do contraditório e da não surpresa, somente após a oitiva dos réus no prazo de 05 (cinco) dias.
b) Havendo elementos que evidenciem o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, deverá o órgão julgador conceder a tutela de evidência para Maria, obrigando os réus a fornecer o medicamento indispensável à sua sobrevida.
c) Depois de concedida a tutela provisória, se os réus comprovarem a existência de medicamento mais barato e com eficácia absolutamente idêntica àquele requerido, o órgão julgador não poderá modificar a tutela. Eventual modificação só pode ocorrer na sentença, já que a tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo.
d) Considerando que a urgência é contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento de tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado

útil do processo. Concedida a tutela requerida, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou outro prazo maior que o órgão julgador fixar.
e) Interposto agravo de instrumento contra a decisão que concedeu a tutela provisória, o Estado não poderá formular pedido de suspensão, que só terá lugar se o agravo de instrumento tiver sido desprovido ou não conhecido, tendo em vista a impossibilidade de dupla impugnação.

**25. Virgínia propôs demanda reivindicatória, na Comarca de Manaus, contra Pedro e Maria, caseiros, porém não proprietários, do sítio Sabadin, localizado em Presidente Figueiredo. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, analise os enunciados a seguir e assinale a alternativa correta:**
I) Pedro e Maria deverão nomear à autoria o proprietário do imóvel no prazo de defesa.
II) A contestação com a alegação de incompetência poderá ser protocolada no foro de Presidente Figueiredo, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, que suspenderá a realização da audiência de conciliação ou mediação, se tiver sido designada.
III) Pedro e Maria deverão alegar sua ilegitimidade na contestação, indicando o nome de seu patrão, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar a autora pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
a) Apenas I está correto.
b) Apenas II está correto.
c) Apenas III está correto.
d) I e II são corretos.
e) II e III são corretos.

**26. Sobre a prova pericial, assinale a alternativa incorreta:**
a) O juiz indeferirá a perícia quando for desnecessária em vista de outras provas produzidas.
b) O juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.
c) Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho do perito.
d) Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição.
e) As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que sejam plenamente capazes e a causa possa ser resolvida por autocomposição. A perícia consensual não substitui a realizada por perito nomeado pelo juiz.

**27. João interpôs agravo de instrumento contra decisão proferida em autos eletrônicos de cumprimento de sentença. O recorrente, entretanto, realizou o preparo em valor insuficiente. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:**
a) João deverá ser intimado para efetuar o recolhimento em dobro do valor faltante do preparo no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de deserção.
b) Não cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença.
c) Em nome do princípio da cooperação processual, João deve instruir a petição do agravo de instrumento com os documentos reputados por lei como obrigatórios, mesmo sendo eletrônicos os autos do processo.
d) João deverá ser intimado para efetuar o recolhimento do valor faltante no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de deserção.

e) Para não haver prejuízo ao contraditório, é indispensável a oitiva do agravado antes do desprovimento monocrático do recurso.

**28. Assinale a alternativa incorreta:**
a) A desistência da ação pode ser apresentada após a sentença de improcedência total, mas antes da interposição recurso.
b) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.
c) Se constatar de ofício o fato novo, o juiz ouvirá as partes sobre ele antes de decidir.
d) O juiz pode determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
e) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

**29. Em relação aos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, assinale a alternativa incorreta:**
a) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
b) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
c) Não haverá reexame necessário.
d) Somente será admitido recurso contra a sentença.
e) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos.

**30. Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:**
a) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
b) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.
c) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias úteis, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
d) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso ordinário, quando a ordem for denegada.
e) Não cabe, no processo de mandado de segurança, a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.

**31. A respeito das fontes do direito do trabalho, assinale a alternativa que está em consonância com a alteração legal produzida pela reforma trabalhista vigente.**
a) O direito do comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompativel com os princípios fundamentais deste
b) Em caso de omissão legislativa, as súmulas do TST podem criar obrigações que permitam diminuir os litígios entre empregados e empregadores
c) A reforma trabalhista possibilitou importante fortalecimento dos precedentes judiciais, ao por em patamar inferior disposições legais que ofendam direitos conquistados pelos trabalhadores

d) No exame de convenção coletiva, a justiça do trabalho balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva
e)Ao apreciar acordo coletivo, ao judiciário trabalhista é permitido cotejar aspectos intrínsecos acordados entre as partes

**32.NÃO é requisito da relação de emprego:**
a) Onerosidade
b) Pessoalidade
c) Eventualidade
d) Subordinação
e)Trabalho por pessoa física

**33.A respeito do contrato individual de trabalho, marque a alternativa ERRADA:**
a) É regra a contratação ser firmada por prazo indeterminado
b) É possível a contratação tácita de empregado
c)A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados
d)O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito
e) Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume inexistente

**34.NÃO condiz com os termos da Súmula n. 331 do TST:**
a) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
b) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988)
c)A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral
d)Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora
e) A responsabilidade da Administração Pública decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada

**35. Segundo dispõe a CLT, "o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador". Sobre o dispositivo legal transcrito e regramentos correspondentes, aponte a alternativa CORRETA:**
a) Trata-se da hora *in itinere*, que, conforme o legislador, garante ao empregado o pagamento de horas extras, caso configurado o instituto
b) Em casos de locais de difícil acesso, é devido o pagamento de horas extras ao empregado que não tiver acesso a transporte público
c)Trata-se da hora intermitente e deixou de ser direito do empregado seu cômputo na jornada de trabalho
d)A reforma trabalhista afastou o direito às horas *in itinere* ao dispor que o tempo transcorrido no deslocamento do empregado não é considerado tempo de efetivo trabalho

e) O fato de não computar as horas *in itinere* na jornada de trabalho não afasta o direito do empregado de receber o respectivo adicional de hora extra

**36.Quanto à remuneração do empregado, marque a alternativa INCORRETA:**
a) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais as gorjetas que receber.
b) Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador
c)Considera-se gorjeta o valor cobrado pela empresa, destinado à distribuição aos empregados
d)Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado
e) Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o décimo dia útil do mês subsequente ao vencido

**37. Dispõe a CLT que "sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade". Trata-se, no caso, do seguinte instituto:**
a) Acúmulo de função
a) Equiparação salarial
c) Desvio de função
d) Identidade de função
e) Acúmulo salarial

**38. Segundo o art. 482 da CLT, constitui requisito de justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, EXCETO:**
a) Condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena
b) Prática constante de jogos de azar
c) Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado
d) Qualquer ato lesivo da honra, da boa fama ou ofensas físicas praticados no serviço contra qualquer pessoa
e) Embriaguez habitual ou em serviço

**39. A respeito da prescrição trabalhista, assinale a alternativa que vai de encontro às disposições da CLT:**
a) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos
b) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
c) A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição
d) A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução
e) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, exceto se extinta sem resolução do mérito

**40. Nos termos da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, com exceção de:**
a) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração

b) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável
c) Aposentadoria
d) Proteção em face da automação, na forma da lei
e) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho

**41. Conforme previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, em relação aos dissídios individuais trabalhistas que tramitam pelo rito sumaríssimo,**
a) o valor da causa não pode exceder a vinte vezes o salário mínimo nacional vigente na data da primeira audiência
b) incumbe ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado, devendo ser feita a citação por edital, se não houver essa indicação.
c) serão decididos, em cinco dias, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo, sendo que as demais questões serão resolvidas na sentença.
d) estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
e) as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, como regra, serão intimadas para comparecer em audiência

**42. Contra ato de Juiz do Trabalho que determinou a antecipação de honorários periciais do seu cliente, mesmo não tendo ele condições financeiras para arcar com esse custo, você, na defesa dos interesses do cliente, impetrou mandado de segurança contra o ato judicial, mas, por unanimidade, não teve a segurança concedida.**
**De acordo com a Súmula 201 do TST, assinale a opção que indica o procedimento a ser adotado para tentar reverter a decisão.**
a) Interpor Recurso Ordinário para o TST
b) Interpor Agravo de Instrumento para o STF
c) Interpor Agravo Interno para o próprio TRT
d) Interpor Agravo Regimental para o STJ
e) Nada mais pode ser feito, porque se trata de decisão irrecorrível.

**43. Em sede de processo trabalhista, após o trânsito em julgado da sentença e elaborada a conta de liquidação, foi aberto prazo de 08 (oito) dias para que as partes se manifestassem sobre a mesma. Contudo, o réu não se manifestou, e o autor concordou com a conta do juízo, que foi homologada.**
**Considerada essa hipótese, em sede de embargos à execução do réu, interposto 05 dias após a garantia do juízo, este pretende discutir a conta de liquidação, aduzindo incorreção nos valores. Você, como advogado(a) do autor deverá, em resposta,**
a) suscitar a preclusão do direito aos embargos à execução e expor as razões pelas quais entende pela validade dos cálculos do juízo.
b) suscitar apenas que a conta está correta.
c) suscitar a intempestividade dos embargos.
d) suscitar apenas que a conta está correta e requerer o levantamento dos valores incontroversos.
e) nenhuma alternativa está correta.

**44. A sociedade empresária Arco Íris Limpeza Ltda. foi citada para pagar o valor de uma dívida trabalhista homologada pelo juiz e, sem apresentar guia de pagamento ou arrolar bens, apresentou embargos de devedor, nos quais aponta diversas inconsistências nos cálculos. Diante disso, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.**

a) A Justiça do Trabalho passou a adotar o sistema do CPC, pelo qual não há necessidade de garantir o juízo para embargar, de modo que os embargos serão apreciados.
b) A CLT prevê que, para o ajuizamento de embargos de devedor, é necessário garantir o juízo com 50% do valor da dívida exequenda, o que não aconteceu na espécie.
c) Sem a garantia do juízo, o executado não poderá ajuizar embargos de devedor, de modo que as matérias por ele trazidas não serão apreciadas naquele momento.
d) A CLT determina quem, havendo ajuizamento de embargos de devedor, o executado é obrigado a declarar, o valor que entende devido e a depositar essa quantia à disposição do juízo.

**45. Jorge foi dispensado e, no dia designado para homologação da ruptura contratual, a empresa informou que não tinha dinheiro para pagar a indenização. O TRCT estava preenchido, com o valor total de R$ 5.000,00 que Jorge deveria receber.**
**Diante da situação narrada pela empresa e da extrema necessidade de Jorge, o sindicato concordou em fazer a homologação apenas para liberar o FGTS e permitir o acesso ao seguro-desemprego, lançando no TRCT um carimbo de que nada havia sido pago. Jorge, então, ajuizou ação monitória na Justiça do Trabalho, cobrando a dívida de R$ 5.000,00.**
**Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.**
a) Na Justiça do Trabalho, a ação monitória somente é possível em causas de até dois salários mínimos, sendo que da sentença não caberá recurso, o que não é a hipótese retratada.
b) O TRCT não constitui título executável por essa modalidade de demanda.
c) Jorge deveria ajuizar ação de execução de título extrajudicial, que é a natureza jurídica do TRCT preenchido, mas não quitado.
d) Jorge agiu mal, porque não cabe ação monitória na Justiça do Trabalho, em razão da incompatibilidade de procedimentos.
e) O comportamento de Jorge é viável, sendo que, nesse caso, o juiz expedirá mandado de pagamento, nos moldes do CPC.

**46. Em determinada reclamação trabalhista, o empregador foi condenado ao pagamento de diversas parcelas, havendo ainda condenação subsidiária do Estado do Amazonas na condição de tomador dos serviços.**
**Na execução, depois de homologado o cálculo e citado o empregador para pagamento, as tentativas de recebimento junto ao devedor principal fracassaram, daí porque a execução foi redirecionada contra o Ente Público, que agora pretende questionar o valor da dívida.**
**Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.**
a) O Estado pode embargar a execução no prazo legal, após a garantia do juízo.
b) A CLT não permite que o Estado, por ser devedora subsidiária, ajuíze embargos de devedor.
c) A garantia do juízo para ajuizar embargos de devedor é desnecessária, por se tratar de ente público.
d) O Estado, por se tratar de recurso, terá o prazo em dobro para embargar a execução.
e) O Estado, por se tratar de recurso, terá o prazo em dobro para interpor Agravo de Petição.

**47. Brenda aufere um salário mínimo e meio e ajuizou reclamação trabalhista contra o empregador, postulando diversas verbas que entende fazer jus. Na petição inicial, não houve requerimento de gratuidade de justiça nem declaração de miserabilidade jurídica. O pedido foi julgado improcedente, mas, na sentença, o juiz concedeu, de ofício, a gratuidade de justiça. Diante da situação e do comando legal, assinale a afirmativa correta.**
a) Houve julgamento *extra petita* no tocante à gratuidade, atraindo a nulidade do julgado, já que isso não foi requerido na petição inicial.

b) A Lei é omissa a respeito, daí porque o juiz, invocando o princípio da proteção, poderia conceder espontaneamente a gratuidade de justiça.
c) A sociedade empresária poderia recorrer para ver reformada a sentença, no tocante à concessão espontânea da gratuidade de justiça, tratando-se de julgamento *ultra petita*.
d) O juiz agiu dentro do padrão legal, pois é possível a concessão da gratuidade de justiça de ofício, desde que presentes os requisitos legais, como era o caso.
e) No caso, se verifica que houve julgamento *ultra petita* e, portanto, pode ser impugnado através de Recurso Ordinário.

**48. A papelaria Monte Fino Ltda. foi condenada numa reclamação trabalhista movida pelo ex-empregado Sérgio Silva. Uma das parcelas reivindicadas e deferidas foi o 13º salário, que a sociedade empresária insistia haver pago, mas não tinha o recibo em mãos porque houve um assalto na sociedade empresária, quando os bandidos levaram o cofre, as matérias-primas e todos os arquivos com a contabilidade e os documentos da sociedade empresária.**
**Recuperados os arquivos pela polícia, agora, no momento do recurso, a Monte Fino Ltda. pretende juntar o recibo provando o pagamento, inclusive porque a sentença nada mencionou acerca da possível dedução de valores pagos sob o mesmo título.**
**De acordo com o caso apresentado e o entendimento jurisprudencial consolidado, assinale a afirmativa correta.**
a) É possível a juntada do documento no caso concreto, porque provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação.
b) O momento de apresentação da prova documental já se esgotou, não sendo possível fazê-lo em sede de recurso.
c) Pelo princípio da primazia da realidade, qualquer documento pode ser apresentado com sucesso em qualquer grau de jurisdição, inclusive na fase de execução, independentemente de justificativa.
d) Há preclusão, e o juiz não pode aceitar a produção da prova em razão do princípio da proteção, pois isso diminuiria a condenação.
e) Somente será possível a juntada de documentos se for ajuizada uma nova ação judicial,

**49. Antônio é assistente administrativo na sociedade empresária Setler Conservação Ltda., que presta serviços terceirizados ao Estado do Amazonas. Ele está com o seu contrato em vigor, mas não recebeu o ticket refeição dos últimos doze meses, o que alcança o valor de R$ 2.400,00 (R$ 200,00 em cada mês). Em razão dessa irregularidade, estimulada pela ausência de fiscalização por parte do Ente Público, Antônio pretende cobrar o ticket por meio de reclamação trabalhista contra a empregadora e o tomador dos serviços, objetivando garantir deste a responsabilidade subsidiária, na forma da Súmula 331 do TST.**
**Diante da hipótese, assinale a afirmativa correta.**
a) A ação deverá seguir o procedimento ordinário, vez que há litisconsórcio passivo, sendo, em razão disso, obrigatório o rito comum.
b) A ação deverá seguir o procedimento sumaríssimo, uma vez que o valor do pedido é inferior a 40 salários mínimos.
c) A ação tramitará pelo rito ordinário porque um dos réus é ente público.
d) O autor poderá optar pelo procedimento que lhe seja mais vantajoso.
e) A ação poderá ser de rito sumaríssimo, sendo esse o rito aplicado às demandas que envolvem ente público.

**50. Com relação aos processos que tramitam exclusivamente em meio eletrônico, nos termos da Lei nº 11.419/2006, assinale a alternativa correta:**

a) São tempestivos, apenas, os atos processuais praticados eletronicamente até às 23h59min horas do último dia do prazo.
b) Os autos, ainda que de natureza trabalhista ou criminal, que tiverem de ser remetidos a juízo que não disponha de sistema de processo eletrônico serão impressos em papel e autuados na forma da lei processual.
c) Os documentos produzidos e anexados eletronicamente aos autos serão considerados originais, podendo ser declarados autênticos pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
d) Os documentos que ficarem ilegíveis após sua digitalização, poderão ser apresentados ao cartório ou secretaria, sendo devolvidos à parte após 10 dias.
e) Se o sistema de processo eletrônico ficar indisponível por mais de 60 minutos, conforme expresso na Lei nº 11.419/06, o prazo fica automaticamente prorrogado para o dia subsequente.

**51. Acerca do princípio da legalidade em matéria tributária tem-se que a Emenda Constitucional nº 33/2001 ampliou as exceções originariamente previstas no texto constitucional. Em relação às exceções ao referido princípio trazidas pela EC 33/2001 merece destaque aquela aplicável ao ICMS-monofásico incidente sobre combustíveis. Sobre esta matéria assinale a alternativa CORRETA.**
a) Decreto do Chefe do Poder Executivo pode definir as alíquotas do Imposto.
b) Decreto do Chefe do Poder Executivo pode reduzir e restabelecer as alíquotas do Imposto.
c) A definição das alíquotas só pode ser feita através de ato do CONFAZ, mas sua redução e restabelecimento podem ser feitas por Decreto do Chefe do Poder Executivo.
d) Tanto a definição quanto a redução e restabelecimento das alíquotas só podem ser materializadas por ato do CONFAZ.
e) Decreto Legislativo da respectiva Assembléia Legislativa pode definir as alíquotas do Imposto.

**52. A respeito da suspensão da exigibilidade do crédito tributário assinale a opção INCORRETA:**
a) Nos termos do Código Tributário Nacional, o depósito do valor integral do crédito tributário suspende a exigibilidade do crédito tributário.
b) A adesão a parcelamento realizado na esfera administrativa suspende o crédito tributário objeto do parcelamento.
c) A fiança bancária ofertada em garantia à Execução Fiscal tem o condão de suspender o crédito tributário executado.
d) O seguro garantia ofertado em garantia à Execução Fiscal não suspende a exigibilidade do crédito tributário executado.
e) A moratória regularmente concedida tem aptidão para suspender o crédito tributário, conforme preceitua o Código Tributário Nacional.

**53. Sabe-se que a constituição do crédito tributário ocorre pelo lançamento. Sobre o tema, assinale a opção CORRETA.**
a) O lançamento interrompe o prazo prescricional para cobrança do tributo, o qual é de 5 (cinco) anos, nos termos do Código Tributário Nacional.
b) Compete privativamente à autoridade administrativa a constituição do crédito tributário através do lançamento. Não obstante, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
c) Uma vez praticado o ato de lançamento não poderá haver qualquer alteração no mesmo, restando à autoridade fiscal a possibilidade de realizar novo ato lançamento acaso não tenha decorrido o prazo prescricional.

d) Quando o fato gerador do tributo tiver como causa operação realizada em moeda estrangeira, o lançamento deve ser realizado na mesma moeda (estrangeira) visando respeitar a variação cambial existente entre o momento da ocorrência do fato gerador e aquele em que a obrigação tributária venha a ser quitada.
e) A legislação aplicada no momento do lançamento tributário é aquela vigente ao tempo da fiscalização empreendida pela autoridade, ainda que outra vigesse ao tempo do fato gerador.

**54. A respeito das limitações ao poder de tributar marque a resposta CORRETA.**
a) Por ser de sua competência, a União pode instituir Imposto sobre a Renda do Estado do Amazonas.
b) É vedado a qualquer ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
c) É vedado a qualquer ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
d) Tendo em vista a potencialidade nociva da atividade desenvolvida pelo contribuinte, a União pode instituir tributo confiscatório.
e) Tendo em vista que o Estado Brasileiro é laico, é legítima a instituição de Imposto sobre templos de qualquer culto.

**55. São de competência dos Estados e do Distrito Federal, EXCETO:**
a) A instituição de imposto sobre a transmissão da propriedade causa *mortis* de quaisquer bens ou direitos.
b) A instituição de imposto sobre a transmissão da propriedade por doação de quaisquer bens ou direitos.
c) A instituição de empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
d) A instituição de imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
e) A instituição de imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias.

**56. A respeito da obrigação tributária marque a resposta INCORRETA.**
a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
b) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
c) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
d) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
e) A autoridade administrativa não poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados mesmo que reste configurada a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo em função da proteção constitucional ao ato jurídico perfeito.

**57. A respeito da seletividade e não cumulatividade aplicáveis ao ICMS marque a resposta CORRETA.**
a) A Constituição Federal de 1988 impõe que ICMS deverá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias ou dos serviços tributados. Assim, não se afigura legítima a

aplicação da alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) do ICMS incidente sobre a energia elétrica.
b) A Constituição Federal de 1988 impõe que ICMS seja não-cumulativo, o que implica a compensação do for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
c) A não cumulatividade constitucionalmente imposta ao ICMS impede que seja aplicado ao referido tributo a sistemática da antecipação tributária.
d) A imposição constitucional de que o ICMS seja seletivo impede o uso do referido tributo com função extrafiscal.
e) A não cumulatividade tem expressa exceção constitucional quando se trata de exportação de mercadoria. É que, como não incide o ICMS nestas operações, resta prejudicado o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.

**58. Em sede de competência tributária, é reservada à Lei Complementar a regulação das seguintes matérias, EXCETO:**
a) Regular as limitações ao poder de tributar.
b) A instituição de empréstimos compulsórios.
c) Dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária.
d) A instituição do Imposto Extraordinário de Guerra.
e) Regular a prescrição e decadência tributários.

**59. Sobre as fontes do Direito Tributário marque a alternativa CORRETA:**
a) O princípio da irretroatividade proíbe a aplicação da lei tributária a fato pretérito, salvo se tratar de lei expressamente interpretativa. Neste caso (lei expressamente interpretativa), a retroação da lei pode implicar aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
b) Não se pode equiparar à majoração do tributo a edição de lei que modifique a sua base de cálculo, ainda que tal alteração importe em torná-lo mais oneroso.
c) A legislação que diga respeito à outorga de isenção não pode ser objeto de interpretação extensiva.
d) De acordo com o CTN é legítimo o uso da equidade para interpretar a legislação tributária quando ausente disposição expressa. Assim, é possível a dispensa do pagamento de tributo devido aplicando-se a equidade.
e) A legislação tributária do Estado do Amazonas vigora apenas nos limites territoriais da Amazônia Ocidental.

**60. A respeito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em matéria tributária assinale a opção CORRETA.**
a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
b) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que tal método implique integral identidade entre uma base e outra.
c) É legítima a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de impugnação administrativa contra Auto de Infração Tributária.
d) O ex-proprietário do veículo é solidariamente responsável pelo IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à alienação.
e) Na entrada de mercadoria importada do exterior, não é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.

TEXTO 1

D. Paula entrou na sala exatamente quando a sobrinha enxugava os olhos cansados de chorar. Compreende-se o assombro da tia. Entender-se-á também o da sobrinha, em se sabendo que D. Paula vive no alto da Tijuca, donde raras vezes desce; a última foi pelo Natal passado, e estamos em maio de 1882. Desceu ontem, à tarde, e foi para casa da irmã, Rua do Lavradio. Hoje, tão depressa almoçou, vestiu-se e correu a visitar a sobrinha. A primeira escrava que a viu, quis ir avisar a senhora, mas D. Paula ordenou-lhe que não, e foi pé ante pé, muito devagar, para impedir o rumor das saias, abriu a porta da sala de visitas, e entrou. (MACHADO DE ASSIS)

**Leia os trechos abaixo e analise-os:**

I. Compreende-se o assombro da tia.
II. Desceu ontem, à tarde, e foi para casa da irmã, Rua do Lavradio.
III. Hoje, tão depressa almoçou, vestiu-se e correu a visitar a sobrinha.
IV. A primeira escrava que a viu, quis ir avisar a senhora, mas D. Paula ordenou-lhe que não, e foi pé ante pé, muito devagar, para impedir o rumor das saias, abriu a porta da sala de visitas, e entrou.

**Marque a alternativa incorreta:**

a) Em I, ocorre ênclise por termos verbo em início da oração;

b) Em II, "à tarde" poderia ser sem o acento grave indicador de crase, porém não haveria coerência. Já na frase: "ela, a tarde, chegou com um ar solitário de inverno" estaria correto gramaticalmente e haveria coerência, apesar de estar em sentido figurado.

c)Em III, a vírgula é utilizada para separar orações coordenadas assindéticas

d)Em IV, o termo "mas" indica uma adversidade e poderia ser substituído sem prejuízo semântico por "conforme"

e) Em IV, no trecho "e foi pé ante pé, muito devagar, para impedir o rumor das saias, abriu a porta da sala de visitas, e entrou" temos na sequência: oração coordenada sindética aditiva, oração subordinada adverbial final, oração coordenada assindética e oração coordenada sindética aditiva.

62.

TEXTO 2

Tudo isso é rotina. Há um certo ar de monotonia por toda parte. O bondinho do Pão de Açúcar lá vai cumprindo o seu destino turístico, e moços bem falantes explicam, de lápis na mão, em seus escritórios coloridos e envidraçados, apartamentos que vão ser construídos em poucos meses, com tantos andares, vista para todos os lados, vestíbulos de mármore, tanto de entrada, mais tantas prestações, sem reajustamento — o melhor emprego de capital jamais oferecido! Em alguma ruazinha simpática, com árvores e sossego, ainda há crianças deslumbradas a comerem aquele algodão de açúcar que de repente coloca na paisagem carioca uma pincelada oriental. E há os avós de olhos filosóficos, a conduzirem pela mão a netinha que ensaia os primeiros passeios, como uma bailarina principiante a equilibrar-se nas pontas dos sapatinhos brancos. (Extraído de tarde de sábado, de Cecília Meireles)

**A respeito do texto 2, analise-o e marque a alternativa incorreta:**

a)"Em alguma ruazinha simpática", "olhos filosóficos", "como uma bailarina principiante" temos, respectivamente, as figuras de linguagem: prosopopéia, prosopopéia, comparação;

b)No trecho "[...] algodão de açúcar que de repente [...]", a palavra em destaque é um pronome relativo e introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva;

c)Em "[...] a netinha que ensaia os primeiros passeios [...]", a palavra em destaque é uma conjunção integrante e inicia uma oração subordinada substantiva;

d)O vocábulo "brancos" do trecho: "sapatinhos brancos" é uma adjetivo e se fosse deslocado para a frente do substantivo "sapatinhos" não haveria alteração de sentido;

e)"equilibrar-se" é um verbo pronominal no sentido de manter-se em equilíbrio, porém pode ser transitivo, sem ser pronominal no sentido de pôr em equilíbrio;

63.

TEXTO 3

"Incalculável é a contribuição do famoso neurologista austríaco no tocante aos estudos sobre a formação da personalidade humana. Sigmund Freud (1859 -1939) conseguiu acender luzes nas camadas mais profundas da psique humana: o inconsciente e subconsciente. Começou estudando casos clínicos de comportamentos anômalos ou patológicos, com a ajuda da hipnose e em colaboração com os colegas Joseph Breuer e Martin Charcot (Estudos sobre a histeria, 1895). Insatisfeito com os resultados obtidos pelo hipnotismo, inventou o método que até hoje é usado pela psicanálise: o das 'livres associações' de ideias e de sentimentos, estimuladas pelo terapeuta por palavras dirigidas ao paciente com o fim de descobrir a fonte das perturbações mentais. Para este caminho de regresso às origens de um trauma, Freud se utilizou especialmente da linguagem onírica dos pacientes, considerando os sonhos como compensação dos desejos insatisfeitos na fase de vigília. Mas a grande novidade de Freud, que escandalizou o mundo cultural da época, foi a apresentação da tese de que toda neurose é de origem sexual." (Salvatore D'Onofrio)

**Leia o trecho e analise as proposições:**

Começou estudando casos clínicos de comportamentos anômalos ou patológicos, com a ajuda da hipnose e em colaboração com os colegas Joseph Breuer e Martin Charcot (Estudos sobre a histeria, 1895). Insatisfeito com os resultados obtidos pelo hipnotismo, inventou o método que até hoje é usado pela psicanálise: o das 'livres associações' de ideias e de sentimentos, estimuladas pelo terapeuta por palavras dirigidas ao paciente com o fim de descobrir a fonte das perturbações mentais.

I. As palavras: "anômalos – patológicos – método" eram todas acentuadas pela mesma regra, ou seja, por serem proparoxítonas; porém houve mudanças no novo acordo ortográfico e estas palavras não devem mais ser acentuadas;
II. A palavra ideia perdeu o acento na última reforma ortográfica, não mais se acentuam os ditongos abertos éi e ói das palavras paroxítonas;
III. "com o fim de" é uma conjunção subordinativa final e pode ser trocada por "para" que também é conjunção subordinativa final;
IV. Ao ler o trecho, é possível compreender que o estudo inicial de Freud se deu através da hipnose e depois chegou ao método das "livres associações", retomando a hipnose depois;
V. Pode-se afirmar que o trecho em questão é dissertativo por centrar-se no assunto, na informação.

**Marque a alternativa correta:**

a) V – F – V – V – V;
b) V – V – F – F – V;
c) F – V – F – F – V;
d) F – V – V – F – V;
e) F – V – V – V – F;

64.

TEXTO 4

O Amor Antigo

O amor antigo vive de si mesmo,
não de cultivo alheio ou de presença.

Nada exige, nem pede. Nada espera,
mas do destino vão nega a sentença.

O amor antigo tem raízes fundas,
feitas de sofrimento e de beleza.
Por aquelas mergulha no infinito,
e por estas suplanta a natureza.

Se em toda parte o tempo desmorona
aquilo que foi grande e deslumbrante,
o antigo amor, porém, nunca fenece
e a cada dia surge mais amante.

Mais ardente, mas pobre de esperança.
Mais triste? Não. Ele venceu a dor,
e resplandece no seu canto obscuro,
tanto mais velho quanto mais amor.

(Carlos Drummond de Andrade - Publicado em Antologia Poética – 12a edição – Rio de Janeiro: José Olympio, 1978)

**Analise as afirmações abaixo:**

I. Na estrofe "O amor antigo tem raízes fundas/ feitas de sofrimento e de beleza/ Por aquelas mergulha no infinito/ e por estas suplanta a natureza", o pronome "aquelas" se refere a "raízes profundas"; já o pronome "estas" se refere ao termos "sofrimento e beleza";

II. "Se em toda parte o tempo desmorona/ aquilo que foi grande e deslumbrante/ o antigo amor, porém, nunca fenece/ e a cada dia surge mais amante". Nesta estrofe, o "se" é uma conjunção condicional; o "porém" é uma conjunção adversativa e o "e" uma conjunção aditiva;

III. No verso "Mais ardente, mas pobre de esperança", o "mais" é advérbio de intensidade, como em: "podemos fazer tudo, mais será que devemos fazer?

IV. O poema defende a idéia de que o amor maduro é mais sólido e consistente e, por isso, suporta as intempéries da vida.

**Marque a alternativa correta:**

a) Todas as alternativas estão corretas;
b) Nenhuma das alternativas está correta;
c) Somente a I, II, estão corretas;
d) Somente a III, IV estão corretas;
e) Somente a I, II, IV estão corretas.

65.

TEXTO 5

Fonte: https://pontodidatica.com.br/historia-quadrinho-utilizada-sala-aula/

**É incorreto o que se afirma em:**

a)Em "mãe, o que é esse tal de efeito estufa?", o termo "mãe" é um vocativo;

b)"batido as botas" é um termo coloquial, também considerado um eufemismo, usado para suavizar a palavra "morte";

c)O primeiro "que", no trecho: "dizem que os poluentes que lançamos [...]" é uma conjunção integrante, iniciando uma oração subordinada substantiva objetiva direta; já o segundo "que" é um pronome relativo e inicia uma oração subordinada adjetiva restritiva;

d)Em "não me falaram nada [...]", ocorre próclise, mas deveria ser ênclise porque há uma partícula de sentido negativo;

e)A idéia defendida pela mãe do menino pode ser sintetizada na frase: "todo mundo quer salvar a natureza, mas ninguém quer ir a pé".

66.

TEXTO 6

Saudade (1899), de Almeida Júnior

**A respeito do texto 6, só não é verdadeiro o que se afirma em:**

a) É um texto não-verbal;

b) Não pode ser considerado um texto porque não há palavras que o expliquem;

c)A postura da mulher, sua roupa e a foto são inferências de que há dor, tristeza, lembrança na cena retratada;

d)A foto é uma clara referência ao título da pintura "saudade";

e) É possível inferir que o ambiente é simples, sem luxo, embora com certo zelo e cuidado;

**67. Marque a alternativa em que há erro quanto à crase e a sua respectiva justificativa:**

a) Dirigi-me apressado à casa de meus tios - A palavra casa está determinada;

b) Ele escreve à Machado de Assis - Ocorre elipse da palavra moda;

c)Vou assistir àquele filme que você me indicou. - Resultado do encontro de preposição do verbo transitivo indireto + pronome demonstrativo;
d) Ligo-te hoje à noite - expressão adverbial;
e) Este passeio será feito à cavalo – advérbio de modo.

**68. Assinale a alternativa em que apenas uma das opções está correta:**
a) A mãe agrada o filho - A mãe agrada ao filho;
b) Ela é pseudo-administradora, por isso fiquemos sempre alerta - Elas são pseudos-administradoras, por isso fiquemos sempre alertas.
c)A maioria dos jovens quer as reformas - A maioria dos jovens querem as reformas;
d)Cometeu crime de lesa-pátria - cometeu crime de leso-patrimônio;
e) Li bastantes livros - Estavam bastante felizes;

**69.A respeito do paralelismo sintático e semântico, analise as orações abaixo:**

I. Durante as quartas-de-final, o time do Brasil vai enfrentar a Argentina.
II. Se eles comparecessem à reunião, ficaremos muito agradecidos.
III. A violência não só aumentou nos grandes centros urbanos, mas também no interior.
IV. A cordialidade é uma virtude aplicável em quaisquer circunstâncias, seja no ambiente familiar, seja no trabalho.
V. Marcos gosta de chocolate e de jogar futebol.

**Assinale a alternativa correta:**
a) Todas estão corretas;
b) Nenhuma delas está correta;
c) Apenas a II, III e IV estão corretas;
d) Apenas a I, IV e V estão corretas;
e) Apenas a III e IV estão corretas;

**70. A partir dos textos 1, 2, 3, 4, 5, 6 analise as proposições abaixo:**

I. Todos os textos são literários, pois estão ligados à arte, apresentam-se em linguagem pessoal, estão envoltos em emoção, empregam o lirismo e os valores do autor ou do ser (ou objeto) retratado;
II. Os textos são não-literários, pois usam linguagem referencial e são destinados a tratar dos assuntos de forma a representar a realidade tal qual ela se apresenta;
III. A idéia principal do texto 3 é a respeito dos estudos sobre a formação da personalidade humana de Sigmund Freud;
IV. O texto 3 só apresenta idéia central, mas não tem argumentação.
V. No texto 3, "famoso neurologista austríaco" é uma antonomásia de Sigmund Freud. Em: "Começou estudando casos clínicos de comportamentos [...] inventou o método [...]", temos elipse. Ambos são elementos de coesão referencial utilizados para a não repetição nos textos.

**Assinale o que for incorreto:**
a) A proposição I é falsa;
b) A proposição II é falsa;
c) A proposição III é falsa;
d) A proposição IV é falsa;
e)A proposição V é verdadeira.

# 4º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PGE/AM

## GABARITO – 1º FASE

| Questão | Resposta |
|---|---|
| 1 | B |
| 2 | E |
| 3 | B |
| 4 | D |
| 5 | B |
| 6 | C |
| 7 | D |
| 8 | A |
| 9 | E |
| 10 | D |
| 11 | D |
| 12 | A |
| 13 | B |
| 14 | E |
| 15 | C |
| 16 | C |
| 17 | B |
| 18 | E |
| 19 | B |
| 20 | C |
| 21 | E |
| 22 | A |
| 23 | B |
| 24 | D |
| 25 | E |
| 26 | E |
| 27 | D |
| 28 | A |
| 29 | D |
| 30 | C |
| 31 | D |
| 32 | C |
| 33 | E |
| 34 | E |
| 35 | D |
| 36 | E |
| 37 | B |
| 38 | D |
| 39 | E |
| 40 | A |
| 41 | D |
| 42 | A |
| 43 | A |
| 44 | C |
| 45 | E |
| 46 | C |
| 47 | D |
| 48 | A |
| 49 | C |
| 50 | B |
| 51 | D |
| 52 | C |
| 53 | B |
| 54 | C |
| 55 | C |
| 56 | E |
| 57 | B |
| 58 | D |
| 59 | C |
| 60 | A |
| 61 | D |
| 62 | C |
| 63 | D |
| 64 | E |
| 65 | D |
| 66 | B |
| 67 | E |
| 68 | B |
| 69 | E |
| 70 | C |